

A LÓGICA DA GLOBALIZAÇÃO E AS TENSÕES DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

GILBERTO DUPAS

Abstract: We intend to meditate about the social consequences originated in the present evolution of the economical process of globalization, the decreasing opportunities of getting a job, as it is faced by the social groups in the lower ranks of acquisition power and better levels of education. There is, effectively, a force of interference of the Neo-liberal State and a lack of capacity of Capitalism to reduce the tensions derived therefrom.

A busca de crescimento econômico com razoável melhora da distribuição de renda, é o angustiante desafio que paira sobre os grandes países da periferia do capitalismo mundial. Após mais de uma década de implantação de profundas reformas, associadas à abertura e à integração de suas economias ao mercado global, vários desses países têm apresentado medíocre desempenho na evolução de seu PIB *per capita*, e piora de sua concentração de renda. Esse quadro, recentemente agravado pelas sucessivas crises internacionais nos finais de 97 e 98, e pelo crescimento do desemprego e da informalidade, começa a provocar sintomas de erosão de legitimidade das representações políticas que sustentaram esses programas de reformas. Aumenta a dissonância entre o discurso oficial da necessidade do aprofundamento dos ajustes e a dúvida das populações desses países sobre se, ao final de outros sacrifícios adicionais, poderá surgir de fato um processo de crescimento acelerado e auto-sustentado, que melhore sua renda e a empregabilidade. A análise das eventuais alternativas de enfrentamento dessa questão crítica, recomenda a retomada de alguns conceitos inerentes ao atual modelo econômico mundial e a investigação da natureza dos seus impactos psicossociais.

Gilberto Dupas é economista, consultor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Brasil.

O CAPITALISMO GLOBAL E SUAS DIALÉTICAS

A partir do final da década dos 70, foram intensas as modificações socioeconômicas relacionadas ao processo de internacionalização da economia mundial. Desde já, é preciso enfatizar que esse processo não é novo. Mas ganhou características inusitadas e um assombroso impulso, com o enorme salto qualitativo ocorrido nas tecnologias da informação. Essas mudanças permitiram a reformulação das estratégias de produção e distribuição das empresas e a formação de grandes *networks*. A forma de organização da atividade produtiva foi radicalmente alterada, para além da busca apenas de mercados globais; ela própria passou a ser global.

A revolução tecnológica atingiu igualmente o mercado financeiro mundial, cada mercado passando a funcionar em linha com todos os outros, em tempo real. Isso permitiu a mobilidade de capital requerida pelo movimento de globalização da produção. Essas modificações radicais atingiram o modo de vida de boa parte dos cidadãos, alterando seu comportamento, seus empregos, suas atividades rotineiras de trabalho e seu relacionamento com os atores econômicos, produtores de bens e serviços.

O capitalismo atual convive com duas dialéticas centrais: concentração *versus* fragmentação e exclusão *versus* inclusão. De um lado, a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos – e a necessidade de *networks* e mídias globais – continuará forçando um processo de concentração, que habilitará, como líderes das principais cadeias de produção, apenas um conjunto restrito de algumas centenas de empresas gigantes mundiais. Essas corporações decidirão basicamente *o que, como, quando, quanto e onde* produzir os bens e os serviços (marcas e redes globais) utilizados pela sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, elas estarão competindo por redução de preços e aumento da qualidade, em um jogo feroz por *market share* e acumulação. Enquanto essa disputa continuar gerando lucros e expansão, parte da atual dinâmica do capitalismo estará preservada.

Simultaneamente, esse processo radical em busca de eficiência e conquista de mercados força a criação de uma onda de *fragmentação* – terciarizações, franquias e informalização –, abrindo espaço para uma grande quantidade de empresas menores, que alimentam a cadeia produtiva central com custos mais baixos. Tanto na sua tendência de concentrar como na de fragmentar, a competição opera como o motor seletivo desse processo.

A outra contradição que alimenta o capitalismo contemporâneo é a dialética exclusão *versus* inclusão. Apesar do desemprego estrutural

crescente (incapacidade progressiva de geração de empregos formais em quantidade ou qualidade adequadas), o capitalismo atual garante sua dinâmica, também porque a queda do preço dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda. Não é à toa que alguns dos maiores crescimentos de várias empresas globais de bens de consumo têm sido registrados nos países periféricos da Ásia e da América Latina, onde se concentra grande parte do mercado dos mais pobres.

Nesse ambiente, os principais atores que regem a economia global – as grandes corporações – tomam suas decisões visando maximizar sua condição de competição (binômio preço-qualidade), e buscando a maior taxa de retorno sobre os recursos de seus investidores. Isso não significa, porém, que o espaço das pequenas e médias empresas irá desaparecer. Durante toda a Revolução Industrial, elas foram vitais ao desenvolvimento do capitalismo e à geração do emprego. Atualmente assumem um novo papel, associando-se às grandes corporações, graças à possibilidade de controle descentralizado da informação e de sua integração em um sistema flexível, associado a estratégias globais conduzidas por empresas maiores. Elas manterão ainda um espaço importante, especialmente via terceirizações, franquias e subcontratações, porém basicamente subordinadas às decisões estratégicas das empresas transnacionais – e integradas a suas cadeias produtivas.

A já mencionada dialética exclusão *versus* inclusão afeta indivíduos, mas também territórios. Os espaços que não são funcionais à nova lógica sistêmica não conseguem se inserir na economia mundial. Dentro das cidades, isso se expressa na dualização acelerada de suas configurações sociais, levando a uma verdadeira separação de seus processos urbanos.

A MUDANÇA DE PARADIGMA NO MERCADO DE TRABALHO

No passado a articulação de fordismo, consumo de massa e keynesianismo, expressando uma determinada correlação de forças entre as diversas categorias sociais, havia permitido à classe operária a conquista de algumas de suas reivindicações históricas no período do pós-guerra. O modelo de acumulação capitalista desse período, com base na organização taylorista do trabalho, demandava mão-de-obra intensiva que, somada a uma grande mobilização e organização dos trabalhadores, permitia condições muito favoráveis de negociação para os sindicatos. Como conse-

qüência das novas estruturas de acumulação expandidas multinacionalmente, ocorreu um crescimento maciço do poder social do operariado. Isso ficou claramente evidenciado no final dos anos 60 e começo dos 70, por uma onda de mobilização social que atingiu quase todos os países, quando as bases para a atual lógica global começaram a se assentar.

O fortalecimento da capacidade de negociação do operariado como classe começou a ter efeitos que transcenderam as fronteiras nacionais. A transferência dos processos produtivos para os países periféricos, de fato não reduziu o poder social dos trabalhadores dos países centrais, somente ampliou o seu eixo. Porém, nos anos 70, com a incorporação maciça de tecnologias aos processos produtivos, operou-se uma mudança de base na correlação de forças entre as classes sociais. No início da década dos 80, o conflito entre capital e trabalho passou a apresentar uma nova situação estrutural, da qual destaco alguns fatores determinantes:

- A emergência de um novo padrão de acumulação, pelo uso de capital intensivo em substituição ao trabalho intensivo. Quando o modelo de acumulação se baseava no uso de mão-de-obra intensiva, a situação era mais favorável aos trabalhadores: os empresários precisavam do trabalho de grandes massas de trabalhadores/consumidores. Agora, os sindicatos perdem sua força central, e o desemprego estrutural passa a funcionar como disciplinador nato da força de trabalho. Dessa forma – com a marcha da automação e, posteriormente, da fragmentação – o poder de barganha dos assalariados passou a sofrer grande erosão.

- A flexibilidade conseguida pelo atual modelo racionaliza o uso do capital, colocando-o onde as melhores condições do mercado apontam. É cada vez menor a simetria entre a flexibilidade das condições de produção e as exigências de sobrevivência dos trabalhadores. Pode-se produzir mais ou menos, aqui ou ali, pois a programação da produção, por meio da informática e a transmissão de dados em tempo real, o permitem. Mas o trabalhador vive a instabilidade de poder estar ora dentro, ora fora do mercado de trabalho.

- A rearticulação das empresas levou a uma inadequação das estruturas trabalhistas, e forçou uma tentativa mal-sucedida de rearticulação dos sindicatos. As novas limitações são imensas, a começar pela coexistência, em uma mesma fábrica, de trabalhadores da empresa central e das terceirizadas, freqüentemente com salários e condições de trabalho diferentes, quebrando – por exemplo – a isonomia de sua situação de classe do período anterior. Na prática, as empresas têm tido condições de se reordenar com maior flexibilidade e rapidez, diante das

exigências dos novos padrões de acumulação. As complexas questões geradas pela globalização forçaram a tentativa de reorganização do trabalhador coletivo.

As novas formas de organização do trabalho, mais flexíveis e menos hierarquizadas, colocam, assim, um desafio importante para os sindicatos: como aglutinar em projetos político-sindicais comuns, trabalhadores cada vez mais dispersos e em situação progressivamente precária? Apresentam-se dificuldades crescentes em gerenciar acordos coletivos e encontrar uma linguagem comum para interesses divergentes, especialmente em relação aos trabalhadores em postos flexíveis, que percebem os sindicatos como um clube de privilegiados preocupados em manter esses privilégios.

Por outro lado, a globalização e a inovação tecnológica reduzem a capacidade de manobra dos Estados e dos sindicatos. A mobilidade do capital, e a possibilidade de deslocar segmentos da cadeia produtiva para outras regiões, desestabilizam a estrutura de salários, deslocando a concorrência para fora da esfera nacional. Como consequência de todos esses fatores, a disparidade de renda está crescendo; e a pobreza, o desemprego e o subemprego estão engrossando a exclusão social.

AS TRÊS GRANDES REFORMAS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

A aceleração da integração das economias ao mercado global efetivou-se, suportada por três importantes reformas que afetaram a lógica econômica deste final de século: o livre fluxo de capitais, a meta da estabilidade monetária e a rigidez dos orçamentos públicos equilibrados. Seus efeitos têm sido complexos.

A livre movimentação dos capitais mundiais transformou cada economia em foco alternativo de oportunidade de risco ou especulação financeira. Um capital desvinculado de compromissos nacionais e estritamente ligado a suas motivações endógenas, de um lado sustenta os processos estratégicos de investimento dos líderes das cadeias globais, de outro provoca graves danos às economias mais frágeis que deles passaram a depender, quando exerce sua absoluta volatilidade em momentos de crise.

Quanto à estabilidade monetária, conseguida a duras penas a partir de heróicos esforços de economias que haviam chegado ao descontrole inflacionário quase total, ela acabou se incorporando aos ideários nacionais como um importante valor social. A volta a regimes inflacionários não parece conscientemente desejada por nenhum segmento da sociedade. Por outro lado, o fim da inflação endêmica criou problemas sérios para os

orçamentos públicos, diminuindo a flexibilidade dos seus ajustes e causando maiores resistências na viabilização de reformas profundas na previdência social, área crítica para a estabilização destes mesmos orçamentos. Os ajustes previdenciários, durante décadas providenciados por uma inflação que corroía o valor real dos benefícios, agora têm que ser feitos transparentemente, a frio, mediante a supressão formal de direitos adquiridos.

Finalmente, o rigor do cumprimento de metas de orçamentos públicos equilibrados, necessárias não só para a manutenção da estabilidade monetária, mas também devido a acordos e compromissos com o FMI, acarretam uma redução significativa dos recursos alocados a programas sociais e de emergência, justamente no momento em que a exclusão social aumenta e a demanda por esses programas se acentua.

A RETOMADA DA LEGITIMIDADE NA INTERMEDIÇÃO POLÍTICA

Em função da complexidade de um quadro econômico mundial que agrava o desemprego, a informalidade e a exclusão, o filósofo alemão Jürgen Habermas constata:

Os Estados Nacionais têm manifestado progressiva incapacidade de dar provas, com efeito legitimador, de ações de comando e de organização: desaparece a integridade funcional da economia nacional, quer dizer, a confiável presença nacional daqueles fatores complementares – sobretudo capital e organização, – de que depende a oferta de trabalho originada por uma sociedade, a fim de capacitar-se à produção. Um capital isento do dever de presença nacional vagabundeia à solta, e utiliza suas opções de retirada como uma ameaça. Os governos nacionais perdem, assim, a capacidade de esgotar os recursos tributários da economia interna, de estimular o crescimento e, com isso, assegurar bases fundamentais de sua legitimação.

A questão é extremamente complexa. É preciso perguntar, como fez Alain Touraine em *Pourrons-Nous Vivre Ensemble*, qual o espaço atual para a liberdade, a solidariedade e a igualdade quando o lugar central – o do príncipe – está vazio; e a sala do trono é varrida por correntes globais de ar, bandos de espectadores e *paparazzi*. As instituições, das quais se esperava que instaurassem a ordem, tornam-se amiúde agentes da desordem, da ineficácia e da injustiça. Seu lugar está sendo ocupado pelas estratégias das grandes organizações financeiras, industriais e comerciais.

Touraine lembra que a ordem política não funda mais a ordem social. A crise de representatividade e de confiança se acentuou, à medida que os partidos tornaram-se empresas políticas, que mobilizam recursos legais e ilegais para produzir efeitos que podem ser “comprados” pelos eleitores que os considerem defensores de seus interesses particulares, não dos da sociedade como um todo. Esse vazio político inquietante tampouco é preenchido pelos apelos das organizações humanitárias, que substituíram os filantropos nas ruínas das políticas de integração social.

Em vista dos desabrigados, que se multiplicam em silêncio sob nossos olhos, vem à memória a frase de Anatole France: “Não é suficiente que todos tenham o mesmo direito de dormir sob as pontes”. A questão primordial atual é saber se para além dos Estados nacionais, num plano supranacional e global, o poder destrutivo ecológico, social e cultural do capitalismo planetário pode ser novamente posto sob controle. Já sabemos que o Estado isolado não é mais suficientemente capaz de defender seus cidadãos contra efeitos externos decididos por outros atores. É o que constatamos nos ônus ambientais, no crime organizado, no tráfico de armas, nos riscos da alta tecnologia (como a recente polêmica dos alimentos transgênicos), e as conseqüências de políticas autônomas de Estados-nacionais sobre seus vizinhos (por exemplo, a questão dos reatores atômicos em regiões fronteiriças).

RESPOSTAS POLÍTICAS AOS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO

São confusas e retóricas as respostas políticas disponíveis para lidar com os fortes efeitos negativos da globalização. A ortodoxia neoliberal continua a recomendar a subordinação incondicional do Estado ao imperativo de uma integração social planetária por meio do mercado. O Estado continuaria a abandonar seus cidadãos à liberdade negativa de uma competição mundial, e limitar-se-ia a pôr à disposição infra-estruturas que fomentem as atividades empresariais. Mesmo imaginando que essa economia mundial absolutamente liberalizada – com mobilidade irrestrita de fatores produtivos – conseguisse um dia o prometido equilíbrio global e uma divisão simétrica de trabalho, no período de transição assistir-se-á a um aumento drástico da desigualdade social e da fragmentação da sociedade, além de corrupção dos critérios morais e culturais. Ainda que supondo viável essa visão super-otimista, quanto tempo seria necessário para atravessar o “vale de lágrimas”, e quantas vítimas – indivíduos e regimes políticos – ficariam pelo caminho durante a “destruição

criadora”? E qual seria o espaço para a democracia, especialmente nos grandes países da periferia, com o “poder crescente de compra da cédula eleitoral”?

Por outro lado, o furor protecionista e a xenofobia já não encontram mais espaço no mundo dominado pela tecnologia da informação. O Estado nacional é incapaz de recuperar sua antiga força mediante uma política de enclausuramento.

Surge, então, a formulação de Anthony Giddens sobre uma terceira via. Em sua variante defensiva, prega que o Estado deve dotar as pessoas com qualidades empreendedoras típicas de quem saiba cuidar de si próprias. Seria o princípio da “ajuda para a auto-ajuda”, de tal modo a estimular a afirmação competente do indivíduo no mercado de trabalho, para não ter ele, como fracassado, de lançar mão da assistência do Estado. Na verdade, quando se desiste do objetivo político do pleno emprego, é inevitável rebaixar o padrão público da justiça distributiva ou divisar alternativas.

Na sua variante defensiva, a terceira via prega a idéia das unidades políticas maiores e regimes transnacionais que, sem necessariamente romper a cadeia de legitimação democrática, possam compensar a perda de funções do Estado nacional. A União Européia é o exemplo evidente desse projeto. Porém, a política só será capaz de “ter precedência” sobre os mercados globalizados quando lograr produzir, a longo prazo, uma sólida infra-estrutura que não seja desvinculada dos processos de legitimação. Na realidade, a solidariedade cívica, hoje restrita ao Estado nacional, teria de se estender de tal forma que, por exemplo, portugueses e suecos se dispusessem a amparar uns aos outros.

Resta saber se o grupo cada vez menor de atores influentes no cenário político mundial pode e tem interesse em construir, no quadro de uma organização mundial reformada, uma rede em direção a um governo mundial. O objetivo seria, sob o signo da harmonização – e não da homogeneização –, superar passo a passo a cisão e a estratificação sociais da sociedade mundial, sem danificar suas peculiaridades culturais.

DESAMPARO, VIOLÊNCIA E SOLIDARIEDADE

O Estado contemporâneo não se sente mais responsável pelo pleno emprego. As corporações transnacionais, que definem os vetores tecnológicos que parametrizam a empregabilidade, também não. Cada um que encontre sua oportunidade, corra o seu risco, seja um *responsible risk*

taker. Quem está na periferia do capitalismo mundial, que encontre seu lugar no informal, que invente seu emprego.

Está-se em busca, de certa forma, do resgate da ética protestante do trabalho de Max Weber para aplicá-la em sociedades que, ao contrário dos EUA do começo do século, não geram oportunidades de emprego.

Vale lembrar que a concepção cristã do trabalho era um ato de expiação do pecado original. Por um breve momento da história, Calvino o redimiu. Com o declínio da crença religiosa, que Marx saudou, o trabalho mais uma vez tornou-se penoso. A imagem do trabalhador chapliniano de “Tempos Modernos” passa a representar o pesadelo da modernidade. No entanto, o desemprego e a exclusão da sociedade global acabam de resgatar o posto de trabalho formal fordista como altamente desejável, e o transformam em quase um sonho distante de segurança e estabilidade.

Agora sem a proteção do Estado, o homem volta a sentir com toda força sua dimensão de desamparo. Freud nos havia lançado num mundo sem Deus, renegando o discurso iluminista de uma ciência que garantiria o bem-estar para todos, e afirmando não haver fórmula universal para a felicidade. O discurso freudiano colocou a figura do desamparo no fundamento do sujeito, que assume sua feição trágica, marcado pela finitude, pelo imprevisível e pela total incerteza. É o que Marx e Engels, no Manifesto Comunista, já tinham dito: “Tudo que é sólido desmancha no ar”.

Mesmo na visão super-otimista dos liberais convencidos das virtudes radicais do mercado, ainda que a longo prazo a acumulação pudesse permitir dar trabalho a 50% e lazer a 50% – ou redução de jornada para todos com o trabalho flexível impondo-se como regra –, ainda assim a “dor de passagem” (no sentido piagetiano) seria intensa.

Os países da periferia do capitalismo estão acuados com o atual nível de violência de suas sociedades. A principal causa parece estar nas tensões geradas pela crescente concentração de renda, e exclusão social de grandes contingentes populacionais urbanos, convivendo com uma mídia global que valoriza o comportamento anti-social, e estimula padrões de consumo que poucos podem ter. Os Estados nacionais e os partidos políticos passam a perder legitimidade e capacidade de mediação dessas tensões utilizando os controles tradicionais. É o que ocorre atualmente no Brasil na questão dos sem-terra e na descontrolada criminalidade urbana, especialmente entre os jovens.

É interessante fazer-se um paralelo entre o comportamento dos adolescentes infratores das grandes metrópoles periféricas e, por exemplo, os jovens pistoleiros das guerrilhas curdas de 1993, ou dos recentes conflitos

civis na Bósnia. Para todos eles, portar uma arma significa um rito de passagem para a adolescência: o menino, com uma arma na mão, passa a se comportar como homem. No entanto, Eric Hobsbawn lembra, em “On History”, que a maioria dos europeus, a partir de 1945 – inclusive nos Bálcãs –, viveu em sociedades em que os Estados desfrutavam de um monopólio da violência legítima. Quando eles se esfacelaram, o mesmo aconteceu com esse monopólio. Para alguns jovens, o caos resultante desse colapso propicia – lá e aqui – a oportunidade de entrar num paraíso de violência fortemente erotizada, onde tudo lhes é permitido pelo uso da força. Para esses grupos perigosos, constituídos por jovens desesperançados e sem perspectivas – desenraizados entre a puberdade e o casamento –, não existem mais limites para seu comportamento. A violência passa a ser a regra de conduta. Em tese, o conflito social atual – pressão dos excluídos (desempregados, pobres, crianças de rua, jovens carentes ou infratores) sobre os incluídos – pode ser controlado mediante certas válvulas de segurança, como tantos outros conflitos plebeus urbanos em cidades pré-industriais o foram. Mas, para tanto, é preciso institucionalizar “rituais de rebelião” por meio dos quais o Estado controla esses conflitos e legitima a ordem social, mantendo-se ostensivamente fora deles (o rei distante como “fonte de justiça”, como diz Hobsbawn), criando mecanismos institucionais e políticos que perpetuem uma sociedade que – de outro modo – poderia ser esfacelada por suas tensões internas. O Estado, no entanto, pode perder essa capacidade de mediação, se for percebido envolvendo-se simplesmente numa “conspiração dos ricos em seu próprio interesse”.

Joel Birman lembra que vivemos hoje um mundo em que a “performance” define o lugar social de cada um. O sujeito da pós-modernidade é performático, vive só o momento, está voltado para o gozo a curto prazo e a qualquer preço, é o sujeito perverso clássico. E a perversão agora não é mais um desvio, como na modernidade, mas a regra. As grandes doenças estudadas pela psiquiatria hoje são aquelas em que a performance falha: a depressão (o sujeito trancado em si mesmo) e a síndrome do pânico (o sujeito não consegue estar num contexto em que a exibição da sua performance é requerida). A produção de medicamentos vem para revertê-las. As drogas, oficiais e ilegais, oferecem a possibilidade de as pessoas voltarem a ter uma boa performance. Daí também, a relação sutil existente hoje entre o narcotráfico e a psiquiatria: ambos tentam dominar o desamparo com a ajuda de drogas.

Como os atuais processos econômicos globais são de natureza conflituosa e excludente, especialmente nos países pobres, parece inevitável

que a sobrevivência do espaço de ação dos Estados exija a competência de construir modelos de equilíbrio que – ainda que baseados em tensão ou conflitos – apontem para algum crescimento econômico, políticas de emprego e certa desconcentração da renda. Michael Walzer dizia, em seu “On Tolerance”, que o desemprego fragiliza os vínculos familiares, distancia os trabalhadores de seus sindicatos e grupos de interesse, esvazia os recursos da comunidade, aliena politicamente e aumenta a tentação ao crime. Apenas se estiver ligado a uma vida associativa o indivíduo aprende a discutir, tomar decisões e assumir responsabilidades. É preciso, pois, incentivar de todas as maneiras, formas de associação que permitam um contínuo treinamento para o exercício de uma política democrática ativa, e gerem instrumentos de “equilíbrio de poder” e solidariedade local: bem como insistir em programas que reforcem os laços de família em qualquer de suas versões – tradicional ou não convencional –, capazes de produzir relacionamentos estáveis, estruturas de apoio e uma recuperação da sensação de “enraizamento”. A experiência internacional tem indicado que programas estimulados financeiramente – utilizando isenção de impostos, subvenções e subsídios – que capacitem as comunidades e organizações locais civis ou religiosas a desenvolver iniciativas sociais, são muito mais eficientes que programas diretos utilizando a burocracia pública, normalmente ineficaz e sensível à corrupção. Isso vale para ações tão amplas quanto escolas administradas por pais e mestres, cooperativas de compra ou construção de casa própria, iniciativas locais para limpeza pública e prevenção do crime, creches e programas emergenciais de toda natureza.

*

E os filósofos, que podem com tudo isso? A provocação fica por conta de Maurice Merleau-Ponty quando propõe uma contradição no envolvimento dos filósofos com a política. De um lado, ele adverte que “houve uma mania política entre os filósofos, que não produziu nem boa filosofia nem boa política. Porque, como se sabe, sendo a política a *tragédia moderna* – no que concordava Max Weber; esperava-se dela (política) a solução. A pretexto de que todas as questões humanas nela se encontram, qualquer cólera política se transformava em cólera santa, e a leitura do jornal, como disse um dia Hegel em sua juventude, era a oração matinal filosófica”.

Por outro lado, não faz parte do filosofar perceber ou atribuir sentido a fatos e ações? Pois, então, é o próprio Merleau-Ponty que redime o sentido político da filosofia quando diz:

O que julga um homem não é a intenção ou o fato, é ele ter ou não feito passar valores para os fatos. Quando isso ocorre, o sentido da ação não se esgota na situação que a causou, ela permanece exemplar e sobreviverá em outras situações, sobre outra aparência. Ela abre um campo, às vezes até institui um mundo, de qualquer modo delinea um futuro. Nesse futuro, a regra da ação não é ser eficaz a qualquer preço, mas principalmente ser fecunda.

Está aí, pois, lançado o desafio. O mal-estar da civilização está hoje traduzido no desamparo do cidadão da sociedade global. Haverá o que fazer, ou trata-se – como diz Freud – de um conflito entre pulsão e civilização que jamais será ultrapassado? Norberto Bobbio estará certo – em seus momentos de otimismo –, quando afirma que a maior parte das desigualdades são sociais e, portanto, um dia serão eliminadas? Ou teremos que constatar, com Freud, que só nos resta uma gestão interminável e infinita do conflito, feita por sujeitos que nunca se livrarão do desamparo?

E, finalmente, que papel os filósofos podem desempenhar no desvendamento ou alívio dessas novas ou eternas dores da civilização? Deixo com eles a resposta.